



Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência: superando obstáculos e preconceitos para garantir direitos

Autor(es): ROSA, Daiane Oliveira da; SENA, Camila Rota

Apresentador: Daiane Oliveira da Rosa

Orientador: Mara Rosange Acosta de Medeiros

Revisor 1: Vini Rabassa da Silva

Revisor 2: Stephanie Regina W S Batista

Instituição: Universidade Católica de Pelotas

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os dados da pesquisa realizada junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Superdotados (CMDPDS) no município de Pelotas. A pesquisa, de caráter qualitativo foi orientada pelo método dialético-crítico o qual permite uma aproximação mais ampla com a realidade social. Os objetivos foram: a) conhecer os limites e possibilidades do trabalho desenvolvido pelo Conselho na garantia dos direitos sociais e cidadania de portadores de deficiência; b) Refletir sobre os resultados do trabalho realizado pelo Conselho na efetivação dos direitos sociais e da cidadania; c) identificar as necessidades encontradas pelos usuários que procuram o CMDPDS e as demandas colocadas em pauta nas reuniões. A pesquisa foi desenvolvida em três momentos: Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, o que possibilitou uma aproximação sobre a realidade das pessoas portadoras de deficiência, bem como sobre a Legislação existente. Posteriormente, foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas aos conselheiros e usuários do CMDPDS, seguido de um estudo documental nas atas de reunião do Conselho, ocorridas no ano de 2008. Finalmente foi sendo realizada a exploração do material, onde foram agrupadas as respostas de acordo com cada objetivo e a construção das unidades de registro e de contexto para a interpretação dos dados coletados. A pesquisa permitiu concluir que os conselheiros conhecem os objetivos e atribuições do CMDPDS, reconhecem a importância do seu trabalho na garantia dos direitos sociais e políticos das pessoas com deficiências, entretanto, foi possível perceber que os usuários não têm clareza de quem deve fazer parte do Conselho e de qual é o seu papel na sociedade. O trabalho desenvolvido permite afirmar, também, que num país onde há cerca de 18 milhões de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência (IBDD, 2008) é urgente que se fortaleçam ações não discriminatórias que favoreçam o pleno e efetivo acesso aos direitos sociais.